

## "NOSSA MISSÃO SERÁ CUMPRIDA QUANDO O SEGURO PASSAR A SER COMPRADO E NÃO VENDIDO"

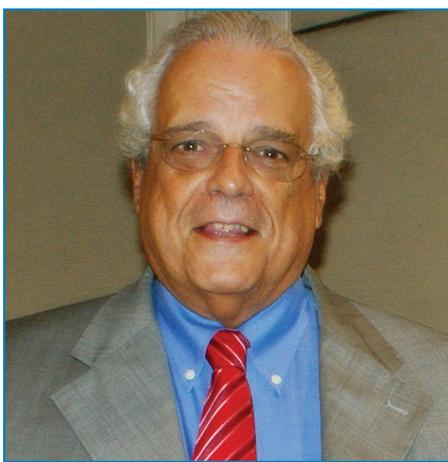
*Presidente da Confederação Nacional das Seguradoras - CNSeg, o advogado Jorge Hilário Gouvêa Vieira estará no comando da entidade máxima do mercado segurador no triênio 2010/2013.*

Quais são seus planos à frente da presidência da CNSeg?

**JORGE** - Entre outras questões, nossa atenção vai se concentrar bastante no consumidor. O seguro é uma atividade que busca dar segurança e bem estar social. Mas ele ainda está muito distante das pessoas. Podemos ver isso na participação do seguro no PIB, que, ainda, é de 3,4%, embora tenha havido avanços nas últimas décadas. No Chile, por exemplo, só para ficarmos na América Latina, o mercado de seguro representa 6% do PIB. Nosso desafio será mostrar a importância do seguro à sociedade. Para isso, vamos promover estudos e pesquisas para identificar as falhas e tentar corrigi-las. Nossa missão terá sido cumprida quando o seguro passar a ser comprado e não vendido, pois sinalizará a consciência das pessoas em proteger desde a atividade econômica até a própria vida, em caso de algum descompasso.

Como a população enxerga o seguro?

**JORGE** - A imagem que se tem do seguro ainda está longe daquela que ele, como instrumento de proteção e segurança, representa. Lembro de uma pesquisa nacional



feita pelo IBOPE, em 2001, com quase 1,5 mil pessoas, cujos resultados mostraram nitidamente a contradição entre a percepção e a atitude dos entrevistados. Embora 80% deles achassem importante ter algum tipo de seguro e 59% dissessem confiar no seguro, mais da metade dos ouvidos afirmaram não possuir nenhum tipo de cobertura. Por que será? O que está faltando para a efetiva contratação do seguro dessas pessoas? É isso que queremos descobrir.

Como o senhor avalia o mercado de seguros no Brasil?

**JORGE** - A minha avaliação do mercado é extremamente positiva. O mercado, que vem de um crescimento contínuo desde o início da estabilidade, ou seja, com a estreia do real, em julho de 94, mostrou ainda solidez com o aprofundamento da crise financeira mundial, tendo em vista que ignorou

seus efeitos, ao fechar com um crescimento de dois dígitos, exatos 14,9%, com arrecadação de R\$ 109,2 bilhões. Este desempenho fala por si e ratifica que estamos a caminho de ter um perfil cada vez mais próximo dos mercados desenvolvidos, com liderança dos seguros de pessoas.

Quais as tendências deste mercado?

**JORGE** - Como o mercado obteve um crescimento robusto em um ano em que o PIB encolheu (14,9% mercado para PIB de -0,2%), a perspectiva para o setor é ainda mais animadora. Imaginamos que, como o PIB vai voltar a crescer este ano, o mercado segurador vai ter uma expansão ainda mais efetiva, com boas sinalizações de que alguns ramos deverão ter um desempenho muito proveitoso, como é o caso do ramo de automóveis ou dos seguros destinados à infraestrutura, já que existe um elenco de obras em andamento ou previstas para os próximos anos para atender exigências da Copa de 2014 ou das Olimpíadas de 2016. Também podemos acreditar que, com aumento da massa salarial, o mercado poderá voltar os olhos cada vez mais para atender as necessidades de proteção do consumidor de baixa renda. Enfim, o quadro macroeconômico é favorável para o mercado segurador ampliar as fronteiras, habilitando-o a atingir uma arrecadação que, num cálculo conservador, poderá atingir a casa de R\$ 150 bilhões até 2012, elevando também nossa participação no PIB para mais de 5%.

■ página 2:

SINDICATO E DISQUE-DENÚNCIA:  
MEDIDAS CONTRA O CRIME

■ página 3:

SEGURO RESIDENCIAL  
EM PAUTA NA IMPRENSA

■ página 4:

COLUNA SINDICATO EM AÇÃO  
DESTACA MICROSSEGURO

# SINDICATO DAS SEGURADORAS DO RJ/ES E DISQUE-DENÚNCIA ACERTAM MEDIDAS CONTRA ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS

O SINDICATO DAS SEGURADORAS RJ/ES e o Disque-Denúncia implantaram novos instrumentos de apoio ao combate ao roubo de veículos. Entre as ações, previstas no convênio assinado, há a criação e operação de um núcleo para analisar estes tipos de crimes.

De acordo com o Sindicato, o objetivo deste núcleo é dar tratamento diferenciado às denúncias que chegam à central, promovendo sua interação com os órgãos policiais específicos.

Além da difusão das denúncias relativas a crimes de roubo e furto de veículos para as autoridades competentes, o convênio prevê a realização de pesquisas, acompanhamento permanente dos bancos de dados da Central do Disque-Denúncia e avaliação dos resultados.

Para o presidente do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES, Luiz Tavares Pereira Filho, a implementação destas medidas representa um avanço na forma de lidar

com essa questão.

“O mercado segurador já participa de discussões sobre esse assunto há bastante tempo, trocando informações com as autoridades na busca de soluções pontuais para tais questões”, afirmou.

Na página do Disque-Denúncia na internet <http://www.disquedenuncia.org.br> é possível obter mais informações sobre como é o seu funcionamento e o telefone para denúncias é 2253-1177.



## ESTATÍSTICAS DO DISQUE-DENÚNCIA DESDE SUA CRIAÇÃO (1995)

262 – média de chamadas por dia;  
1.393,766 – denúncias;  
620 mil – denúncias respondidas;  
46 mil – resultados positivos com a

ajuda do Disque-Denúncia;  
6,5 milhões – de informações sobre criminalidade no estado do Rio de Janeiro contidas em nosso banco de dados.  
**Balanco 2009:**  
118.992 – número de denúncias

registradas;  
36.306 – número de denúncias que geraram ação imediata;  
11% – índice de respostas confirmadas.  
Acumulado pelo Disque-Denúncia entre 2003 e 2009

## A IMPORTÂNCIA DO DISQUE-DENÚNCIA

CRIADO EM 1995, o Disque-Denúncia é uma parceria entre o MovRio (Movimento Rio de Combate ao Crime) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP/RJ), que se consolidou como uma lição de solidariedade do povo do Rio de Janeiro, de suas lideranças civis, de sua imprensa e de sua polícia. Já ajudou a resolver

cerca de 90 mil casos e registrou mais de um milhão de denúncias, chegando a mais de 100 mil horas ininterruptas de serviços prestados à população.

De acordo com o MovRio, esses resultados porém não são méritos apenas da entidade, que nada poderia fazer se não fosse pelos cidadãos que, de forma absolutamente anônima, ligam e dão as

informações necessárias para o auxílio no trabalho da polícia.

Os casos que foram resolvidos e as tantas centenas de milhares que não aconteceram, graças às ligações do Disque-Denúncia, segundo o MovRio, são uma prova de que a população quer fazer parte da solução dos problemas que a aflige.

# JORNAL O FLUMINENSE DESTACA A FALTA DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE OS SEGUROS RESIDENCIAIS

O JORNAL O FLUMINENSE DEDICOU a página principal de seu caderno de Economia, na edição do dia 11 de abril, para informar a seus leitores as opções de seguros de baixo custo que as seguradoras oferecem e as apólices que cobrem perdas em tragédias naturais. "Segurança dos Bens" é o título da matéria que traz declarações de Roberto Santos, diretor do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES.

De acordo com o texto, apesar das inúmeras tragédias naturais ocorridas nos últimos tempos no Rio de Janeiro, muitos ainda não fazem seguro de seu

automóvel e residência. Dados do Sindicato das Seguradoras apontam que apenas de 35% a 40% dos veículos que circulam nos centros urbanos têm seguro. O número de residências é ainda menor: entre 10 e 15%.

O texto explica os motivos pelos quais o número de imóveis cobertos é tão baixo. Segundo Roberto Santos, a população se baseia nos preços dos seguros dos veículos e acha que vai ficar muito caro. "Eles pensam: 'se meu carro custa R\$ 50 mil e eu pago R\$ 2 mil de seguro, com o meu imóvel, que vale R\$ 150 mil, vou ter que gastar

R\$ 6 mil para fazer um contrato'. O que não é bem assim", garante Santos.

O diretor ressalta que o seguro residencial varia conforme a região em que se encontra o imóvel e os valores são diferentes para casas e apartamentos. "Seguros para casas são mais caros. O valor do seguro para um apartamento em Icaraí (Niterói-Região Metropolitana do Rio), por exemplo, pode custar entre R\$ 150 e R\$ 200 por ano. Já o dono de uma casa em Itaipu, Região Oceânica da cidade, no mesmo valor, pode pagar de R\$ 300 a R\$ 350 anuais pela apólice", calcula Roberto Santos.

**ECONOMIA** Domingo, 11, e segunda-feira, 12/04/2010

## Apólices cobrem perdas em tragédias naturais, mas poucas pessoas contratam o serviço

# SEGURANÇA DOS BENS

**KARINA FERNANDES**

Apesar das inúmeras tragédias naturais que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, são poucos os moradores que se preocupam em fazer seguro de seus automóveis e residências. Segundo o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, apenas 35% a 40% dos veículos que circulam nos centros urbanos têm seguro. Já o número de casas seguradas é ainda menor, só de 10% a 15% são cobertas por algum tipo de contrato.

O diretor do Sindicato das Seguradoras, Roberto Santos, explica os motivos para que o número de imóveis cobertos seja tão baixo.

"A população se baseia nos preços dos seguros dos veículos e acham que vai ficar muito caro. Eles pensam: 'se meu carro custa R\$ 50 mil e eu pago R\$ 2 mil de seguro, meu imóvel custa R\$ 150 mil vou ter que pagar R\$ 6 mil para fazer um contrato para minha casa'. O que não é bem assim. As pessoas ficam surpresas quando descobrem que o valor do seguro residencial é baixo em relação ao de autos", alerta o especialista.

De acordo com Santos, o preço dos seguros residenciais varia conforme a região em que se encontra e os valores são diferentes para casas e apartamentos.

"Seguros para casas são mais caros. O valor de seguro para um apartamento em Icaraí no valor de R\$ 150 mil, por exemplo, vai custar entre R\$ 150 e R\$ 200 por ano. Já o dono de uma casa em Itaipu, no mesmo valor, vai pagar entre R\$ 300 e R\$ 350 anuais pela apólice", calcula o diretor do sindicato.

**Diferenciais** - Atualmente, os seguros de automóveis já cobrem desastres naturais, o que as seguradoras chamam de cobertura completa (colisão, incêndio e roubo) e 95% dos proprietários preferem este tipo de contrato. A maioria das seguradoras só trabalha com a cobertura completa e não há possibilidade de optar por uma apólice apenas para cobrir incêndio e roubo.

Nos seguros para imóveis, existe a cobertura básica (para incêndio) e, para que o contrato cubra alagamentos, inundações e oscilações de energia, por exemplo, é necessário que o cliente contrate coberturas acessórias, ou seja, extras, o que altera um pouco o valor.

Os preços de seguros para carros variam de acordo com o perfil do motorista: jovens pagam mais que os mais velhos, homens gastam mais que as mulheres e os casados pagam menos que os solteiros e quem tem garagem

paga menos do que quem não tem. São estes e outros detalhes que vão diferenciar o preço das apólices.

O seguro para automóveis mais velhos, geralmente, custa mais porque as empresas são obrigadas a colocar peças originais, que custam mais caro e são difíceis de encontrar. Com isso, o valor é repassado para os clientes.

Apenas 5% dos carros com mais de 10 anos de uso têm seguro, pois a relação entre o preço do veículo no mercado e do seguro é alta", conclui Santos. ■



**TRAGÉDIA DAS CHUVAS**

**Divulgação**

## Inundações em edifícios e ruas assustam moradores de algumas regiões

• Moradores da Rua Mariz e Barros, em Icaraí, sempre ficam preocupados quando ameaça chover. Apesar de afirmarem que nunca haviam possuído por uma situação como esta, explicam que a região sempre fica alagada.

A professora Madalena Pereira, de 63 anos, moradora do edifício número 252, nem imaginava o que estava acontecendo na garagem do seu prédio.

"Durante a chuva, nem imaginei a possibilidade de que meu carro estaria submerso. A garagem até costumava alagar, pois é no subsolo. Mas, da forma que foi nunca vi. A água atingiu o teto. Quando baixou a água eu só abri o carro para ver o estrago. Acionei o seguro e eles o levaram. Tinha muita lama dentro", relembra a professora.

"Seu vizinho, o eletroeletricista Régis Leite, de 26, culpa a Prefeitura pelos estragos.



**Everson Goncalves**

Na Mariz e Barros, vários carros ficaram submersos e cheios de lama

"Morro aqui desde que nasci e nunca vi esta situação. Graças a Deus eu tenho seguro. A garagem virou uma piscina e a água chegou no teto. Esta é uma região que sempre alaga e fica com muita lama. A culpa destes alagamentos é da Prefeitura que não limpa o valão que tem aqui próximo. Com as chuvas ele sempre transborda", explica. ■

## Não tenho seguro. O que fazer?

• Quem pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados pelas enchentes se o carro ou a casa não têm seguro? Segundo a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), Margarida Pressburger, cada caso é um caso. "Dependendo da área em que a pessoa mora, deve procurar o órgão responsável pela região. Aqueles que moram em área de risco, por exemplo, não têm como responsabilizar ninguém, pois sabiam do perigo que estavam correndo", explicou. "Nos casos em que as ruas ou garagens alagaram porque os buéiros estavam entupidos e houve perdas, a pessoa pode acionar a Prefeitura ou o departamento responsável pela limpeza urbana", completou. De acordo com a advogada, o proprietário pode procurar um Juizado de Pequenas Causas (quando o valor perdido calculado chegar a 40 salários mínimos, ou seja, R\$ 20,4 mil), um advogado particular ou a Defensoria Pública. Para calcular a indenização, o juiz respeita o prejuízo sofrido e o valor do veículo ou imóvel no mercado. ■



**Divulgação**

Responsabilidade dos prejuízos depende de cada caso

## DIFERENCIAIS

A REPORTAGEM DE O FLUMINENSE chama atenção para o fato de que, atualmente, o seguro de automóvel já cobre desastres naturais, na chamada "cobertura

completa, e que 95% dos proprietários adquirem este tipo de contrato.

Nos seguros para imóveis existe a cobertura básica (para incêndios) e para

que o contrato cubra alagamentos, inundações e danos elétricos, é necessário que o cliente contrate coberturas acessórias, o que altera um pouco o valor.

# COLUNA RESSALTA MICROSSEGURO

O "MICROSSEGURO" FOI TEMA DA Coluna O SEGURO EM SUA VIDA, publicada no dia 28 de janeiro no Jornal do Brasil. O texto destacou que, até recentemente, cerca de 100 milhões de brasileiros que dispunham de renda familiar abaixo de três salários mínimos, viviam praticamente impedidos de participar da ampla rede de proteção social propiciada pelos diversos tipos de produtos do mercado segurador. Mas, de acordo com a abordagem, felizmente, essa vulnerabilidade, que atinge exatamente as camadas mais pobres e mais necessitadas de proteção contra riscos, vem se tornando mais uma página virada na história do desenvolvimento social e econômico do povo brasileiro.

Desde 2006, as seguradoras que operam no Brasil vêm oferecendo modalidades de seguros que são comercializados a baixo custo – cerca de R\$10 por mês – e que se destinam a estender a toda a população brasileira as van-

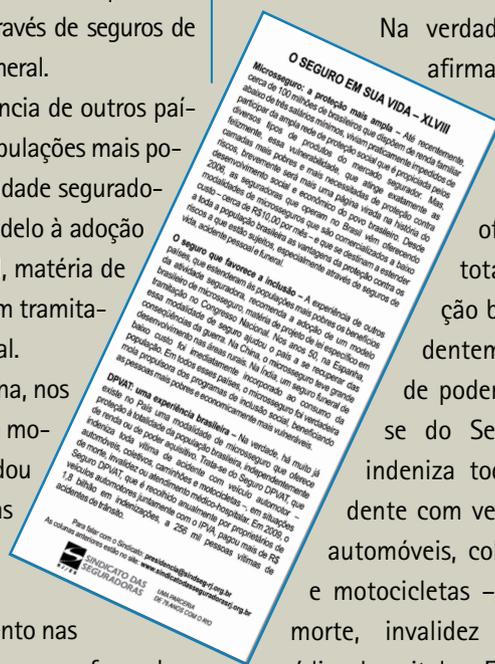
tagens da proteção contra os riscos a que estão sujeitos, especialmente através de seguros de vida, acidente pessoal e funeral.

O texto cita a experiência de outros países que estenderam às populações mais pobres os benefícios da atividade seguradora, que serve agora de modelo à adoção do microsseguro no Brasil, matéria de projeto de lei específico em tramitação no Congresso Nacional.

De acordo com a coluna, nos anos 50, na Espanha, essa modalidade de seguro ajudou o país a se recuperar das conseqüências da guerra. Na China, o microsseguro teve grande desenvolvimento nas áreas rurais. Na Índia, um seguro funeral de baixo custo foi imediatamente incorporado ao consumo da população. Em todos esses países, o microsseguro foi verdadeira mola propulsora dos programas de inclusão social, beneficiando as pessoas mais pobres e

economicamente mais vulneráveis.

Na verdade, como o texto afirma, há muito já existe no País uma modalidade de microsseguro que oferece proteção à totalidade da população brasileira, independentemente de renda ou de poder aquisitivo. Trata-se do Seguro DPVAT, que indeniza toda vítima de acidente com veículo automotor – automóveis, caminhões e motocicletas –, em situações de morte, invalidez ou atendimento médico-hospitalar. Em 2009, o Seguro DPVAT, que é recolhido anualmente por proprietários de veículos automotores juntamente com o IPVA, pagou mais de R\$ 1,8 bilhão em indenizações, a 256 mil pessoas vítimas de



## ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA DEFENSORES DA TERRA PROMOVE O 23º CURSO DE FORMAÇÃO ECOLÓGICA

A ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA DEFENSORES DA TERRA, com o patrocínio do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES, realiza, até o dia 3 de julho, o 23º Curso de Formação Ecológica. Gratuito e voltado a pessoas com interesse no tema, a atividade acontece duas vezes por ano. As aulas começam no dia 4 de maio.

Durante dois meses, voluntários – acadêmicos e profissionais de diversas áreas de conhecimento sobre meio ambiente – ministram aulas sobre temas

variados. São 16 módulos e cada aula tem 2h de duração.

Os temas envolvem uma visão ecológica, a biodiversidade, ecossistemas, clima, planejamento e gestão ambiental, saúde, legislação ambiental, auditoria ambiental, coleta seletiva e permacultura.

De acordo com a bióloga e presidente dos Defensores da Terra, Lara Moutinho da Costa, o curso foi lançado em 1991 como preparatório para a conferência da ONU em Meio Ambiente, conhecida como Rio

92, e passou a ter caráter permanente, a cada semestre desde então.

A aula inaugural será com o ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que abordará o tema "História do Movimento Ambientalista no Brasil e no Mundo".

As aulas acontecem duas vezes na semana, na sede dos Defensores da Terra, no Centro do Rio. A entidade disponibiliza os telefones 2524-5809 e 2524-7931 para mais informações. O e-mail de contato é: [defterra@veloxmail.com.br](mailto:defterra@veloxmail.com.br).

### EXPEDIENTE

Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho (Seguradora Líder – DPVAT) Vice-Presidentes: Federico Baroglio (Generali); Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (Sul América); Lúcio Antonio Marques (Previdência do Sul); Diretores: Eduardo Andrade da Silva (Itaú-Unibanco); Fabio Lins de Castro (Prudential); José Carlos Lyrio Rocha (Banestes); José Fernando Romano Furné (Brasilcap); Laur Fernandes Diuri (Allianz); Luiz Antônio Mac Dowell da Costa (Brasilveículos); Luiz Augusto Momesso (Aliança da Bahia); Marcia Regina Scalercio (Icatu Hartford); Marcos Acildo Ferreira (Marítima); Murilo Setti Riedel (HDI); Ricardo Ferreira (Zurich); Roberto de Souza Santos (Azul); Sérgio Carvalhaes de Brito (Tokio Marine); Wilson Toneto (Mapfre Vera Cruz) | Membro Convidado: Renato Campos Martins Filho (Diretor Executivo da Escola Nacional Seguros) | Diretor Executivo: Ronaldo M. Vilela | Produção: FSB Comunicações | Coordenação: Carlos Grandin | Redação e Edição: Antônio Fábio | Projeto Gráfico: Bruno Bastos | Diagramação: Manuel Amado R. Senador Dantas, 74 / 17º - Centro - RJ - CEP 20031-205 - Tel. 2240-9008 - [www.sindicatodasseguradoras.org.br](http://www.sindicatodasseguradoras.org.br)